



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo n° 10830.002150/2006-32
Recurso n° Voluntário
Acórdão n° 3301-002.546 – 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 28 de janeiro de 2015
Matéria DIF - Papel Imune
Recorrente GRAFICA CAMPINAS E EDITORA LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: OUTROS TRIBUTOS OU CONTRIBUIÇÕES

Exercício: 2002, 2003, 2004

DIF - Papel Imune - MULTA - INCIDÊNCIA LEI Nº 11.945/2009- Período:
2º. Trimestre de 2002 a 2º. Trimestre de 2004

A multa pela apresentação em atraso da DIF Papel Imune, incide uma única vez no montante de R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) por trimestre inadimplido, tendo em vista que a empresa é optante do SIMPLES.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao Recurso Voluntário, nos termos do Relatório e do Voto que fazem parte integrante do presente.

Rodrigo da Costa Pôssas - Presidente.

Fábia Regina Freitas - Relatora.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Rodrigo da Costa Pôssas, Luiz Augusto do Couto Chagas, Mônica Elisa de Lima, Maria Teresa Martinez Lopez, Andrada Marcio Canuto Natal e Fábia Regina Freitas (Relatora).

Relatório

Trata-se de Auto de Infração (fls. 01/12), lavrado para cobrança de Multa pela falta de entrega das Declarações Especiais de Informações Relativas ao Controle de Papel Imune (DIF — Papel Imune), nos trimestres compreendidos entre julho de 2002 a julho de 2004, no qual houve impugnação ao lançamento, sendo que a Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Ribeirão Preto (SP), julgou o lançamento procedente (fls. 55/59).

A contribuinte apresenta impugnação às fls. 63/67, mediante a qual apontou: (a) ausência de previsão legal da penalidade aplicada; (b) perda da eficácia da MP 2.158-34/2001; (3) questões de natureza constitucional, tais como o caráter confiscatório da multa, violação aos princípios da isonomia e da capacidade tributária, bem como a impossibilidade constitucional de medida provisória regular matéria tributária.

Analisando as alegações, a DRJ houve por bem julgar integralmente procedente o Auto de Infração em acórdão, cuja ementa abaixo se transcreve, *in litteris*:

***ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE INDUSTRIALIZADOS - IPI
PRODUTOS***

*Data do fato gerador: 31/07/2002, 31/10/2002, 31/01/2003,
30/04/2003, 31/07/2003, 31/10/2003, 31/01/2004, 30/04/2004,
31/07/2004*

*DIF-PAPEL IMUNE. FALTA OU ATRASO NA ENTREGA DA
DECLARAÇÃO.*

*A não -apresentação, ou a apresentação da DIF-Papel Imune após os
prazos estabelecidos pela legislação, sujeita o contribuinte à imposição
da multa prevista.*

Lançamento Procedente

Em face da mencionada decisão, foi interposto Recurso Voluntário, mediante o qual a contribuinte repisa as mesmas alegações deduzidas em sua peça impugnatória.

É o relatório

Voto

Conselheira FÁBIA REGINA FREITAS

O recurso apresentado atende aos requisitos de admissibilidade previstos no Decreto n. 70.235, de 06 de março de 1972, assim dele tomo conhecimento.

A teor do que relatado, trata-se de auto de infração lavrado contra o contribuinte, para exigência da multa prevista no art. 12 da IN SRF nº 71/2001, com supedâneo legal no art. 57 da MP nº 2.158-35/2001, que alterou a redação dos arts. 368 e 505 do Decreto 4.544/2002, por ter deixado de apresentar as DIF-Papel Imune, referentes aos trimestres compreendidos entre janeiro de 2002 e junho de 2004.

Tendo em vista tratar-se de empresa optante do Simples, a autuação levou em consideração a multa reduzida a R\$ 1.500,00 por mês calendário de atraso na entrega, nos termos do parágrafo único do art. 57 da MP nº 2.158-35/2001.

Por ser interessante, trago à baila toda a legislação pertinente ao caso concreto:

Lei nº. 9.779, de 19/01/1999

Art. 16. Compete à Secretaria da Receita Federal dispor sobre as obrigações acessórias relativas aos impostos e contribuições por ela administrados, estabelecendo, inclusive, forma, prazo e condições para o seu cumprimento e o respectivo responsável.

Medida Provisória 2.158-35/2001

Art. 57. O descumprimento das obrigações acessórias exigidas nos termos do art. 16 da Lei no 9.779, de 1999, acarretará a aplicação das seguintes penalidades:

I - R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por mês calendário, relativamente às pessoas jurídicas que deixarem de fornecer, nos prazos estabelecidos, as informações ou esclarecimentos solicitados;

II – cinco por cento, não inferior a R\$ 100,00 (cem reais), do valor das transações comerciais ou das operações financeiras, próprias da pessoa jurídica ou de terceiros em relação aos quais seja responsável tributário, no caso de informação omitida, inexata ou incompleta.

Parágrafo único. Na hipótese de pessoa jurídica optante pelo SIMPLES, os valores e o percentual referidos neste artigo serão reduzidos em setenta por cento.

Instrução Normativa/SRF nº 71, de 24/08/2001

Art. 1º Os fabricantes, os distribuidores, os importadores, as empresas jornalísticas ou editoras e as gráficas que realizarem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos estão obrigados à inscrição no registro especial instituído pelo art. 1º do Decreto-lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, não podendo promover o despacho aduaneiro, a aquisição, a utilização ou a comercialização do referido papel sem prévia satisfação dessa exigência.

(...)

Art. 11. A DIF Papel Imune deverá ser apresentada até o último dia útil dos meses de janeiro, abril, julho e outubro, em relação aos trimestres civis imediatamente anteriores,

em meio magnético, mediante a utilização de aplicativo a ser disponibilizado pela SRF.

(...)

Art. 12. A não apresentação da DIF Papel Imune, nos prazos estabelecidos no artigo anterior, enseja a aplicação da penalidade prevista no art. 57 da Medida Provisória nº 2.158-34, de 27 de julho de 2001.

Instrução Normativa/SRF nº 159, de 15/05/2002

Art. 2º A apresentação da DIF - Papel Imune deverá ser realizada pelo estabelecimento matriz, contendo as informações referentes a todos os estabelecimentos da pessoa jurídica que operarem com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

Parágrafo único. A apresentação da DIF-Papel Imune é obrigatória, independente de ter havido ou não operação com papel imune no período. (grifei)

Na sua impugnação a recorrente se insurge contra a aplicação da multa, apontando uma série de ilegalidades e inconstitucionalidades.

A irresignação da contribuinte não deve prosperar, seja porque impertinentes os argumentos, seja por ser inviável, por força da Súmula no. 02 desse CARF, a análise de alegações de inconstitucionalidade de normas.

Por outro lado, verifica-se da legislação acima transcrita que o parágrafo único do art. 2º da IN SRF nº 159/2002 deixa muito claro que a obrigatoriedade de entrega da DIF-Papel Imune, independia de ter havido ou não operação com papel imune. Confirma-se assim que a multa aplicada encontra todo um arcabouço legal a lhe dar fundamento de validade.

No entanto, a Lei nº 11.945/2009, trouxe substancial alteração na legislação pertinente ao Registro Especial referente ao controle das operações realizadas com papel imune. Dispõe o seu art. 1º:

Art. 1º Deve manter o Registro Especial na Secretaria da Receita Federal do Brasil a pessoa jurídica que:

I - exercer as atividades de comercialização e importação de papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, a que se refere a alínea d do inciso VI do art. 150 da Constituição Federal; e

II - adquirir o papel a que se refere a alínea d do inciso VI do art. 150 da Constituição Federal para a utilização na impressão de livros, jornais e periódicos.

§ 1º A comercialização do papel a detentores do Registro Especial de que trata o caput deste artigo faz prova da regularidade da sua destinação, sem prejuízo da

responsabilidade, pelos tributos devidos, da pessoa jurídica que, tendo adquirido o papel beneficiado com imunidade, desviar sua finalidade constitucional.

§ 2º O disposto no § 1º deste artigo aplica-se também para efeito do disposto no § 2º do art. 2º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, no § 2º do art. 2º e no § 15 do art. 3º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e no § 10 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004.

§ 3º Fica atribuída à Secretaria da Receita Federal do Brasil competência para:

I - expedir normas complementares relativas ao Registro Especial e ao cumprimento das exigências a que estão sujeitas as pessoas jurídicas para sua concessão;

II - estabelecer a periodicidade e a forma de comprovação da correta destinação do papel beneficiado com imunidade, inclusive mediante a instituição de obrigação acessória destinada ao controle da sua comercialização e importação.

§ 4º O não cumprimento da obrigação prevista no inciso II do § 3º deste artigo sujeitará a pessoa jurídica às seguintes penalidades:

I - 5% (cinco por cento), não inferior a R\$ 100,00 (cem reais) e não superior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), do valor das operações com papel imune omitidas ou apresentadas de forma inexata ou incompleta; e

II - de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) para micro e pequenas empresas e de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para as demais, independentemente da sanção prevista no inciso I deste artigo, se as informações não forem apresentadas no prazo estabelecido.

§ 5º Apresentada a informação fora do prazo, mas antes de qualquer procedimento de ofício, a multa de que trata o inciso II do § 4º deste artigo será reduzida à metade.

Veja que a nova legislação alterou a sistemática de aplicação da penalidade, tendo afastado a penalidade aplicada por mês calendário de atraso, como previa o art. 57 da MP Nº 2.158-35/2001. A nova regra prevê a aplicação da multa única no caso de falta de apresentação da DIF – Papel Imune no prazo estabelecido.

De se reconhecer, por seu turno, que o mencionado art. 1º da Lei nº 11.945 apenas começou a produzir efeitos a partir de 16/12/2008. No entanto, tendo em vista que o presente processo encontra-se pendente de julgamento, há que se considerar a norma benigna prevista no art. 106, II, “c”, do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 1966), que, ao tratar da aplicação da legislação tributária, dispõe, *verbis*:

“Art. 106. A lei aplica-se a ato ou fato pretérito:

II tratando-se de ato não definitivamente julgado:

(...)

c) quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática.”

Assim, considerando que à época dos fatos a contribuinte era optante do SIMPLES e, por aplicação da retroatividade benigna prevista no art. 106, II, “c”, do CTN, tendo a nova lei cominado penalidade menos severa que a anterior, entendo que o valor da multa aplicada deve ser de R\$ 2.500,00 para cada declaração trimestral não apresentada, isto é, para cada uma das declarações trimestrais que deixaram de ser entregues, **reduzindo-a para o valor total de R\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais).**

Assim, pelo exposto, voto por dar provimento parcial ao recurso voluntário, para reduzir o valor da multa aplicada, na forma acima posta.

CONCLUSÃO:

Assim, diante de todo o exposto, entendo por conhecer parcialmente do recurso e, no mérito, dar-lhe parcial provimento ao recurso da contribuinte nos seguintes termos:

- 1 – Reconhecer a legitimidade para a exigência da multa pelo atraso na entrega da Declaração Especial de Informações relativas ao controle do papel imune;
- 2 – O valor da multa deve ficar restrito, nos termos do entendimento da CSRF, ao valor de R\$ 2.500 por trimestre, o que implica na redução da multa para R\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais).
- 3 – Não conhecer das alegações de inconstitucionalidade da presente exigência por força do disposto na Súmula CARF no. 2.

Brasília, 28 de janeiro de 2015.

FÁBIA REGINA FREITAS - Relatora